



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/PF/MS

PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS A CONTRATAÇÃO

- As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Legislação Urbanística da cidade de Corumbá/MS;
- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- O prédio atual no qual está alocada a Delegacia de Polícia Federal de Corumbá é extremamente deficitário, tanto pela restrição do espaço físico disponível quanto por diversos outros problemas estruturais, já que se trata de imóvel que não foi construído visando atender às necessidades de uma delegacia, tendo sido construído inicialmente para abrigar uma Sociedade privada. O atual prédio data do final do século 19 e foi ocupado desde então para diversos fins, e no final dos anos 90 foi utilizado para abrigar a função atual de Delegacia de Polícia Federal. Como prédio histórico, o equipamento possui limitações de ampliação e reformas, fato que limita o crescimento e bom desenvolvimento dos trabalhos da Polícia Federal na cidade de Corumbá/MS.
- A alta demanda de serviço prestado por esta delegacia, localizada em um importante ponto estratégico de combate ao crime organizado, agrava ainda mais a situação de restrição do prédio. A circunscrição da DPF/CRA/MS faz fronteira de 398 km com a Bolívia, tendo como cidade contígua a cidade boliviana de Porto Quijarro. A área circunscricional abrange fronteira permeada pelo Rio Paraguai e também uma faixa de fronteira seca, com extrema permeabilidade para a entrada de indivíduos e de produtos no território nacional. Essa situação é agravada pelas significativas dificuldades estruturais de todos os órgãos de segurança pública atuantes na região.
- Outro fator significativo que precisa ser mencionado é que em toda a faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul facções criminosas estão entabulando uma disputa violenta pelo poder, com constantes vítimas fatais. A disputa versa sobre o controle do fornecimento de armamentos, munições, entorpecentes, dentre outros produtos ilícitos em uma região de facilitado acesso ao território nacional. O grupo criminoso que eventualmente preponderar terá um crescimento econômico e de influência extremamente preocupante.
- Em específico, a região onde se situa a Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS tem uma incidência muito grande de contrabando de combustíveis e roupas, tráfico de cocaína, tráfico de armamento de grosso calibre e munições, além do fato notadamente crescente de casos de evasão de divisas. Esse último ponto demonstra a possibilidade da Bolívia estar atraindo investimentos de Organizações Criminosas. Ainda, a DPF/CRA/MS enfrenta uma forte demanda imigratória por conta do ingresso de cidadãos bolivianos no território nacional (especialmente nos meses de janeiro, fevereiro e julho), além da entrada no território nacional, nos últimos tempos, de haitianos e venezuelanos buscando refúgio no País.
- Para o desempenho de todas as atividades de polícia judiciária, administrativa e ostensiva que lhe são atribuídas, dentro da aludida circunscrição, dispõe a DPF/CRA/MS de um efetivo policial diminuto, detalhado abaixo, sendo que boa parte destes servidores tem que se dividir muitas das vezes entre serviços administrativos e investigativos em espaços físicos que não permitem a melhor consecução destes trabalhos.
- Como exemplo mais gritante de deficiência física do prédio atual pode-se citar a ausência de estacionamento privativo, deixando as viaturas ostensivas e veladas sem local de guarda, o que expõe a segurança e muita das vezes frustra o trabalho velado de investigação desenvolvido. A baixa condição das instalações elétricas também é um fator de risco para o trabalho de todos os servidores, podendo gerar acidentes e expor a risco a integridade física dos policiais.
- Em vista de tudo isso, é extremamente necessária a construção de uma nova Delegacia para atender com a máxima eficiência às demandas decorrentes de uma unidade policial de fronteira. Apenas para exemplificar, menciono que o atual prédio não conta com estrutura básica que permita o armazenamento seguro de objetos apreendidos, guarda de viaturas, atendimento ao público, etc.
- O quadro técnico próprio da Polícia Federal não possui servidores com expertise na área de projetos, demandando assim a necessidade de contratação de Empresa de Engenharia e Arquitetura para esta elaboração.
- A adoção da contratação de projetos em plataforma BIM (Building Information Modelling), dá-se, tanto pelo que dispõe o Decreto 9983/19, de 22 de agosto de 2019, como pela suas grandes vantagens em: - Banco de dados único; - Fácil identificação dos elementos; - Facilidade de alteração dos projetos; - Integração das etapas; isto causa uma melhor identificação do processo construtivo, gerando menos perdas em obra e diminuindo o risco de erros que venham a gerar aditivos, bem como facilitando o seu uso após a obra e dentro da manutenção predial.
- A Licitação será do tipo Técnica e Preço, visando captar no mercado empresas com expertise na elaboração do objeto, com adjudicação por preço global.
- A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

- O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição.
- Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior, que um dos objetivos institucionais para otimização no emprego de bens e recursos materiais, deveria ser a adoção de ação estratégica para modernizar e manter a infraestrutura, sistematizando e implementando processos, procedimentos, técnicas e metodologias para manter toda a parte logística, inclusive as afetadas por cargos extintos ou extinção, desenvolvendo suas atribuições em perfeito funcionamento, garantindo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal.
- É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado dos equipamentos, através de manutenções preventivas e corretivas, protegendo o patrimônio da União;

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação dos serviços têm por objetivo a elaboração de Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS.
- Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital, a(s) Licitante(s) deverá (ão) apresentar a seguinte documentação complementar:
- Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Atestado de Capacidade Técnica-Operacional devidamente registrado no CREA, feito em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem execução de serviços de projetos executivos em edificações de área mínima de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados), contendo no mesmo projeto as especialidades de: arquitetura e urbanização, estrutural, hidrossanitários, elétrico, subestação, rede, SPDA, telefônico e CFTV, todos executados na plataforma BIM (Building Information Modelling).

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- A solução viável para contratação do serviço é através de Tomada de Preço - Técnica e Preço.
- Pretende-se contratar empresa especializada na prestação de serviços de projetos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, que têm expertise nesse tipo de serviço com profissionais qualificados, dentro das diretrizes a serem traçadas, bem como emprego dos métodos necessários para a boa implementação dos serviços a serem contratados, cujos profissionais desenvolvem atividades extintas ou em extinção nas carreiras da Administração Pública.
- A melhor solução para a contratação dos serviços foi determinada em razão das especificidades.
- Em relação à duração dos futuros contratos, o contrato deverá ter duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, I, da Lei nº 8.666/93.
- Em relação à singularidade do serviço, a presente contratação se configura como **serviço não comum**.

ESTIMATIVAS DE PREÇOS

O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base em planilha proposta pela Caixa Econômica Federal, resultado de estudos, conforme planilha orçamentária, perfazendo o montante de **R\$ 261.956,29 (duzentos e sessenta e um mil novecentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos)**.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de elaborar projetos básicos e executivos, com mão de obra qualificada, além de gerenciar todo o processo para as elaboração de Projeto da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS;
- A gestão deverá ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Projeto Básico, anexados ao corpo desse processo administrativo;

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- A atribuição dos serviços em um só processo visa ter eficiência no resultado, uma vez que os projetos se inter-relacionam.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisa ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo;

Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;

O contrato a ser firmado visa atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim realizar suas atividades institucionais respaldadas em condições melhores físicas e ambientais.

PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Para a execução do contrato, não há a necessidade de adequações físicas no prédio do órgão, já que a contratação visa a elaboração de projetos, e não a reforma ou ampliação de uma edificação.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Campo Grande/MS, 21 de outubro de 2020

GERSON MAGGI
Agente de Polícia Federal
Membro da EPC

ALVANTER GRACIA MORAIS
Perito Criminal Federal
Responsável pelo GTED/SR/PF/MS e membro da EPC



Documento assinado eletronicamente por **ALVANTER GARCIA MORAIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 21/10/2020, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GERSON MAGGI, Agente de Polícia Federal**, em 21/10/2020, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16459121** e o código CRC **1456827C**.